



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA
NO ENSINO FUNDAMENTAL NUMA PERSPECTIVA BILÍNGUE.**

Maria de Fátima do Nascimento Oliveira

ORIENTADORA: VALÍCIA FERREIRA GOMES

BRASÍLIA / 2011

Maria de Fátima do Nascimento Oliveira

**ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA
NO ENSINO FUNDAMENTAL NUMA PERSPECTIVA BILÍNGUE.**

Trabalho realizado para conclusão
do Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar sob
orientação da Professora Valícia
Ferreira Gomes.

BRASÍLIA / 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA
NO ENSINO FUNDAMENTAL NUMA PERSPECTIVA BILÍNGUE.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

VALÍCIA FERREIRA GOMES (Orientador)

LÍLIAN MEIRE OLIVEIRA PINTO (Examinador)

MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO OLIVEIRA (Aluno)

BRASÍLIA / 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e em especial ao meu esposo que me apoiou em todos os momentos, compreendendo a ausência com muita paciência e dedicação, incentivando-me em muitas noites que necessitei está em frente ao computador para estudos e realização de tarefas.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus,

por ter me dado saúde, coragem e determinação para acreditar que sou capaz e que posso realizar tudo o que me é permitido por Ele.

Aos meus familiares,

pela compreensão das ausências em muitos momentos de reunião.

Aos meus professores,

pelo incentivo.

A minha orientadora Prof^ª Valícia Ferreira Gomes,

pela competência e dedicação que muito ajudou com seus ensinamentos para a realização deste trabalho.

“São oportunidades que não podemos perder”

Valícia Ferreira Gomes

As pessoas que participaram,

aos deficientes auditivos, professores que concederam espaço para a realização de conversas que foram fundamentais à pesquisa.

RESUMO

A intencionalidade deste trabalho foi pesquisar como se realiza a alfabetização de nossas crianças surdas numa perspectiva bilíngue e como a inclusão desses alunos acontece no ensino regular nas escolas públicas do Estado e do Município.

O desenvolvimento da pesquisa e a fundamentação teórica procuram esclarecer como se dá a alfabetização do surdo e como a deficiência auditiva tem sido tratada ao longo da história da inclusão nas escolas, como está sendo a proposta de trabalho pedagógico, as adaptações curriculares para que aconteça a inclusão dos mesmos e de forma efetiva na comunidade.

A fundamentação teórica possibilitou detectar o verdadeiro trabalho existente entre a inclusão escolar e o pedagógico da sala de aula. Depois da verificação, observação e registro dos pontos importantes do processo ensino-aprendizagem nas escolas pesquisadas, se fez urgente a necessidade de uma reflexão sobre o posicionamento por parte dos gestores e organizadores da política de atendimento à inclusão do deficiente auditivo.

A verificação da qualidade da formação dos professores e tradutores de LIBRAS nas salas de aula com surdos incluídos, a instrumentalização das escolas com materiais apropriados e direcionados aos professores das salas regulares, a fim de organizarem aulas de qualidade, fez parte da pesquisa.

Este estudo comprova que sem o devido respaldo a inclusão não será real, não acontecerá, nem preparará o aluno surdo para conviver de forma igualitária e justa na sociedade, já que a Educação é a forma mais justa para se chegar à igualdade social.

Palavras-chave: alfabetização, surdos, bilíngue, Língua Portuguesa, Libras, ouvintes.

SUMÁRIO

RESUMO	7
APRESENTAÇÃO	09
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
CAPÍTULO 1 – ALFABETIZAÇÃO DO SURDO	
1.1 – HISTÓRICO.....	12
1.2 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	15
CAPÍTULO 2- COMPREENDENDO A SURDEZ E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	17
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO SURDO	
3.1 - LINGUAGEM ESCRITA E LINGUAGEM DE SINAIS.....	19
3.2 -O SURDO E A LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	22
CAPÍTULO 4 – ALFABETIZAÇÃO DO SURDO HOJE.....	24
II - OBJETIVOS	27
III – METODOLOGIA	28
IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS	41

APRESENTAÇÃO

Pensando na história da educação, às pessoas com deficiência auditiva, que é marcada por várias tendências pedagógicas e correntes filosóficas, e que estas devem ser compreendidas em seu momento histórico de forma a contribuírem favoravelmente à construção de uma proposta bilíngue, é que se deve chegar a um consenso da importância de se apresentar um trabalho educacional que permita aos surdos adquirirem um aprendizado significativo das duas línguas: LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais - e a Língua Portuguesa.

Em relação à aquisição da linguagem, o bilinguismo afirma que a criança surda deve adquirir como língua materna a língua de sinais. Esta aquisição deve ocorrer, preferencialmente pelo convívio da criança com outros surdos mais velhos, que dominem a língua de sinais. Assim a LIBRAS, primeira língua dos surdos representa a inserção no meio familiar em primeira instância e em segunda na sociedade. Isso significa participação nos grupos sociais, em um processo dinâmico capaz de garantir a integração dessa pessoa no mundo escolar e do trabalho, atendendo sua necessidade de comunicação. Essa integração possibilita a construção de processos lingüísticos adequados ao aprendizado necessário ao uso social.

A Língua Portuguesa, por sua vez, é caracterizada como a segunda Língua dos surdos e dá-se pelo domínio do sistema de leitura e escrita, uma grande preocupação dos educadores de surdos. Nessa proposta o professor é responsável por todo processo de alfabetização e torna-se mediador e incentivador da construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas. O surdo, em geral, não tem uma língua compartilhada com seus colegas e professores, o que gera uma desigualdade lingüística, principalmente em sala de aula. (Botelho, 1999; Lacerda, 1999).

Assim, podemos pensar de forma mais aprofundada sobre a tão falada “Educação para todos” e sobre o compromisso que é representar, assumir e fazer valer esse direito em nosso país. E, que assumir esse compromisso significa combater à exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional, e, não apenas do surdo. É necessário transformar a escola em um espaço de inclusão, de ensino de qualidade, também àqueles que apresentam deficiência, considerando os princípios da inclusão.

Segundo Arlete Scotto (2010), a Educação Inclusiva tem como grande desafio dar acolhimento e respostas às grandes questões da diversidade por meio de um ensino de qualidade. E, ainda adverte para não confundir os conceitos de integração e de inclusão, nas Redes de Ensino, o conceito Integração tem sido utilizado no sentido de levar as crianças com deficiências para o espaço escolar, enquanto Inclusão significa "escola para todos", direito que toda criança possui e que requer empenho e articulação de todas as instâncias da sociedade.

Pensando nesta explanação de Scotto não podemos deixar de ressaltar na Inclusão Escolar o mesmo atendimento não apenas às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, mas a todas àquelas que necessitam de um acolhimento, até mesmo por questões sociais. O compromisso de toda equipe escolar com a Inclusão deve estar pautado no direito explicitado na legislação que norteia cada ação facilitando o entendimento na prática.

Para garantir o sucesso do atendimento na comunidade escolar o Projeto Político Pedagógico da Unidade com a devida adaptação curricular deverá ser o caminho e o facilitador da execução da prática. Toda equipe da escola deverá mobilizar um atendimento que vise otimizar o tempo, o espaço e os recursos disponíveis possibilitando a criança surda avanços em relação aos aspectos cognitivos, afetivos e relacionais.

O processo de Inclusão como “educação para todos”, acaba por diferenciar as pessoas que necessitam de atenção especial, pois a escola e os governantes têm que garantir o acesso e permanência que são fatores inclusivos a todos independente de sua necessidade educacional especial.

Para garantir o atendimento a todas as crianças surdas foi criado o **Decreto Federal Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**, que regulamenta **Lei nº 10436, de 24 de abril DE 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o **Artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**.

Texto legal:

Art. 7o Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior,

ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos **I** e **II**, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Diante deste disposto legal o que se quer garantir é que nossas crianças surdas tenham uma história igualmente oferecida às crianças ouvintes em relação à Língua Portuguesa e condições de igualdade de aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1 – ALFABETIZAÇÃO DO SURDO

1.1-HISTÓRICO

Historicamente, a educação das crianças surdas era associada à incapacidade de aprender. Eram consideradas irracionais, obrigadas a fazerem os trabalhos mais desprezíveis, viviam sozinhos e abandonados. Não tinham direitos e eram sacrificadas, não recebiam comunhão nem heranças e ainda havia sanções bíblicas contra o casamento de duas pessoas surdas.

Até o início da Idade Moderna não havia notícias de experiências educacionais com as crianças surdas, eram vistas como seres irracionais, primitivos, não educáveis, não cidadãos; pessoas castigadas e enfeitadas, como doentes privados de alfabetização e instrução.

Surge em 1712-1789, na França, o Abade Michel de L'Épée, a primeira escola para crianças surda. Nesta escola, passa a ser utilizada a língua de sinais, era uma combinação dos sinais com a gramática francesa. O objetivo destes sinais era de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar acesso à educação (SACKS, 1989). O método de L'Épée obteve muito sucesso e os resultados perduram até hoje. Foi o início da história da educação para o surdo.

A escola de L'Épée se transformou no Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris, isso em 1791 e foi dirigido pelo seu seguidor, o gramático Sicard. (SACKS, 1989)

Em 1817, os Estados Unidos se destacam na educação de surdos utilizando a ASL (Língua de Sinais Americana), com a influência da língua de sinais francesa introduzida por Laurent Clerc, um professor surdo francês, trazido ao país por Thomas Hopkins Gallaudet. Juntos fundam a primeira escola para surdos. Laurent era discípulo do Abade Sicard, seguidor de L'Épée. Em 1864, a mesma escola fundada por eles transforma-se na primeira Universidade para surdos no mundo. Universidade de Gallaudet em Washington. (Kelman)

A partir de 1880 e até a década de 1970 do século passado, em todo o mundo a educação dos surdos foi seguindo e se conformando com a orientação oralista decidida no Congresso de Milão.

Antes do Congresso, o gestualismo (método francês) e o oralismo (método alemão) eram as tendências na educação dos surdos na Europa, surgidas no século XVIII.

O Congresso de Milão, em 1880, foi um momento obscuro na História dos surdos, neste um grupo de ouvintes, decidiu excluir a língua gestual do ensino de surdos.

Em consequência disso, o oralismo passou a ser a técnica preferida na educação dos surdos durante fins do século XIX e grande parte do século XX.

O Congresso de Milão durou três dias, tempo suficiente para serem votadas oito resoluções, mas apenas a terceira foi aprovada por unanimidade. As resoluções eram as seguintes:

1. O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
2. O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
3. Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
4. O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdos;
5. Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
6. Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;
7. A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;

8. Com o objetivo de se implementar com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala;

Depois das determinadas resoluções, colocadas em prática, as crianças surdas que por ventura estivessem mais avançadas, isto é, as que já haviam recebido educação gestual, deveriam ficar separadas das iniciantes, para evitar que estas fossem contaminadas. Embora os alunos antigos também devessem ser ensinados segundo este novo sistema oral.

Uma década depois do Congresso de Milão, muitos acreditavam que o ensino da língua gestual tinha desaparecido das escolas, principalmente na Europa, no entanto não desapareceu totalmente. Enquanto isso o oralismo se espalhava para outros continentes.

Trazendo a apropriação da decisão tomada pelos ouvintes no Congresso de Milão sobre o trabalho pedagógico com os surdos, não se deve deixar de ressaltar a resolução número três, e o porquê da aprovação unânime. Já no século XIX atribuiu-se aos governos providências de medidas para que todo surdo recebesse educação. Então todo direito do surdo e para o surdo, hoje estabelecidos, torna-se tardio constatando uma triste realidade de direitos não atendidos em relação à maioria dos deficientes auditivos.

1.2 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

É perfeitamente possível iniciar esse estudo falando do primeiro professor de surdos no Brasil, século XIX, em 1857, quando é criado o Instituto dos Surdos-Mudos por D. Pedro II. Eduard Huet foi o primeiro professor de surdos do Brasil. Educador francês que possuía surdez congênita, que foi trazido aqui pelo imperador, o que explica a semelhança da Língua Brasileira de Sinais com a língua de sinais francesa.

Os surdos eram, inicialmente, educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilologia e sinais. A leitura labial era uma disciplina destinada apenas àqueles que apresentavam aptidão para esse processo e o de se desenvolver com a linguagem oral. Àqueles que não apresentavam essa aptidão restava-lhes aprender a língua de sinais. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Huet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos. Nessa época não havia professor especialista para trabalhar com a oralização, então este trabalho era realizado por um professor de ensino regular. A modalidade oralista perdurou por muito tempo e baseava-se na crença de que a língua de sinais não deveria ser ensinada para não atrapalhar o trabalho de oralização.

O Instituto Nacional de Surdos-Mudos do século XIX, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), iniciou cultuando a língua dos sinais, mas em 1911 passou a adotar o oralismo. Somente na década de 70, depois que Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil é que a filosofia da Comunicação Total passou a fazer parte do Instituto, e na década de 80, a partir das pesquisas da Professora lingüista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da Professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o Bilinguismo passou a ser difundido entre as instituições preocupadas com a educação dos surdos.

A valorização das pessoas com necessidades educacionais especiais correu pelo mundo e vários documentos foram elaborados: Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (1982), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994). Tais documentos orientaram a adoção de políticas públicas inclusivas no Brasil e ainda apresentaram estratégias para a concretização dessas políticas, que vieram priorizar o educacional desses deficientes com o objetivo de inserção social garantindo a formação básica.

Em **1988** com a nova **Constituição Brasileira**, é garantido em seu **Art. 208, inciso III** - "atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) **9394 de 20/12/1996** em seu capítulo V da Educação Especial garante, reafirmando, em seus **artigos 58 e 59**, "atendimento educacional especializados aos portadores de necessidade educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino". Segundo o texto constitucional, na concepção da lei, à "educação especial".

Ainda assim esse direito custa a ser atendido. O que muito se vê são pessoas com deficiência encontrando dificuldade em toda parte de acesso para ter uma vida chamada de normal. Mesmo com todo amparo legal, elas precisam lutar, incessantemente para participar da vida em sociedade. Eis aí um desafio às comunidades escolares, fazer valer os direitos adquiridos legalmente. Um dos grandes problemas está na interpretação da Lei. A lei diz: "educação escolar, oferecida *preferencialmente*" e isso acaba dificultando o acesso dos deficientes, dos surdos, à educação numa classe regular de ensino com todos os recursos de direito; a palavra correta deveria ser *exclusivamente*. É um desafio, e, muitas vezes os profissionais da área da educação não sabem, e tem medo de enfrentá-lo. **Para Sassaki** (1997, p. 150):

"E preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa deficiente."

As Leis são mais uma exigência que vem provar que o surdo é capaz de aprender, portanto deve-lhe oferecer todas as oportunidades e atendimentos especializados em todos os níveis educacionais.

A história da educação do surdo no Brasil reúne hoje todos os recursos que procuram favorecer a pessoa surda e a cada década evolui atendendo os parâmetros e novos paradigma que visam atingir os objetivos rumo a uma educação de qualidade e uma "educação para todos".

CAPÍTULO 2 - COMPREENDENDO A SURDEZ E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

O deficiente auditivo é assim considerado a partir do momento que se constata sua perda total ou parcial da audição que pode ser considerada leve, moderada ou severa, adquiridas por doenças congênitas dificultando a compreensão da fala do outro

Surdez leve - moderada: é aquela em que a perda auditiva, dificulta, mais não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana com ou sem a utilização de um aparelho auditivo. Não tem efeito significativo no desenvolvimento desde que não progrida. Pode interferir no desenvolvimento da fala e linguagem, mas não chega a impedir que a pessoa fale.

Surdez severa - profunda: é a perda auditiva que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana. Interfere no desenvolvimento da fala e linguagem.

A surdez, ou deficiência auditiva, assim referenciada por muitas pessoas, se caracteriza por uma dificuldade na recepção, percepção e reconhecimento de sons. É comumente classificada de acordo com o grau da perda auditiva.

Classificação das perdas auditivas de acordo com o grau:

- Normal..... até 25 dB
- Leve de 26 a 40 dB
- Moderada de 41 a 55 dB
- Moderadamente severa de 56 a 70 dB
- Severa de 71 a 90 dB
- Profunda maior que 91 dB

Nesta classificação, surdo é aquele que tem perda auditiva profunda, e que, portanto, dificilmente adquirirá linguagem oral sem um treinamento específico para utilização da audição residual e da fala. (Pereira, 2006)

Em termos médicos, a surdez recebe categorias em níveis do ligeiro ao profundo. É também classificada de deficiência auditiva, ou hipoacúsia.

Em termos educacionais, surdez refere-se à incapacidade da criança aprender a linguagem por via auditiva e ter um desempenho acadêmico favorável.

Para resolver a situação e o problema de desenvolvimento acadêmico o governo brasileiro reconhece a LIBRAS, como língua, e os surdos tem o direito de ter um

interprete nas instituições educacionais, e assim as aulas serem ministradas em LIBRAS, pois é cientificamente reconhecido que a surdez não interfere no desenvolvimento cognitivo.

Em termos da Comunidade Surda, a Língua de Sinais deve existir como primeira língua do surdo, pois esta leva a aquisição de uma cultura própria que possibilita convivência com os iguais. A Língua Portuguesa, como segunda língua, por representar apoio no ensino-aprendizagem da língua majoritária.(Pereira, 2006)

Em termos culturais, a surdez é descrita como uma identidade cultural, partilhada entre pessoas surdas ou com perda auditiva.

Em estudos realizados nos últimos anos, observa-se um movimento na direção de mudança na concepção de surdez. Em vez de deficiência, ela passa a ser concebida como diferença, caracterizada, principalmente, pela forma de acesso ao mundo, pela visão, em vez de pela audição, como acontece com os ouvintes. O acesso ao mundo pela visão inclui o direito à Língua de Sinais, que, por ser visual-gestual, não oferece dificuldade para ser adquirida pelos surdos. (Pereira, 2006)

Numa concepção de educação inclusiva, de criança e de direito ao pleno desenvolvimento como pessoa, os alunos com deficiência auditiva necessitam de métodos, recursos didáticos e atenção diferenciada para se desenvolver tanto quanto uma criança ouvinte. Porém a atenção direcionada a criança surda vai além da boa vontade do profissional da educação, ela é respaldada por lei, portanto seus direitos devem ser garantidos e suas necessidades atendidas prontamente por toda equipe escolar que deve estabelecer em sua proposta curricular pedagógica o como e o porquê, não de um atendimento diferenciado, mas de direito, e, com a qualidade que esta criança, futuro cidadão, deverá ter como exemplo de cidadania e respeito aos direitos estipulados a todos.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO SURDO

3.1 - LINGUAGEM ESCRITA E LINGUAGEM DE SINAIS

Alfabetizar vai muito além da decodificação de letras, do aprender a ler e a escrever. Alfabetização é preparar para a vida, para ser competente, habilidoso, poder participar da sociedade agindo de forma crítica, posicionando-se diante dos problemas a fim de resolvê-los.

A função do professor é usar a metodologia da Língua Portuguesa no processo da alfabetização, para que o aluno possa tornar-se competente na escrita e leitura de modo que seja possível, não só de ler e escrever, mas compreender o que foi lido e saber fazer uso da palavra, no caso do surdo da palavra escrita e desta por meio da Língua de Sinais. É o bilinguismo, definido como o uso de duas ou mais línguas. Neste caso é possível afirmar que as pessoas surdas que fazem uso da língua de sinais e a linguagem escrita para comunicar-se, podem ser consideradas bilingues.

Ferreiro (1996) diz que o desenvolvimento da alfabetização ocorre em um ambiente social. Mas que as práticas sociais e também as informações sociais, não são recebidas, pelas crianças, de forma passiva.

O estudo de Ferreiro demonstra que a alfabetização vai além das definições encontradas nos manuais que diz que em sua essência consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação, e, ainda define a alfabetização como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e sua gramática com muitas variações.

Alfabetizar-se significa apresentar um desenvolvimento nas formas de compreensão e uso das diversas linguagens. Um indivíduo alfabetizado é capaz de promover e estabelecer comunicação com outras pessoas dentro e fora de seu convívio social. Possibilita troca de experiências, oferece conhecimento sobre manifestações culturais que valoriza, influenciando no entendimento do que é ser cidadão, respeitando os valores, transformando o ambiente onde vive, mudando opiniões.

Para o aluno surdo essa alfabetização só se concretiza com a ajuda do ouvinte. Lane, Hoffmeister e Bahan (1996) enfatizam que, para ler além do nível de decodificação, os alunos surdos devem contar como os ouvintes, com um conjunto de conhecimentos, que envolve tanto a língua na qual o texto é apresentado, como também conhecimento de mundo. (Pereira, 2009)

Segundo Svartholm (1997), a única forma de assegurar que os textos se tornem significativos para os alunos surdos é interpretá-los através da Língua de Sinais, em um processo semelhante ao observado na aquisição de uma primeira língua.

Ao professor que trabalha com o aluno surdo cabe-lhe a competência de traduzir para o surdo o entendimento do texto escrito para que haja um trabalho efetivo com a língua de sinais. Deve ser capaz de explicar e esclarecer aspectos sobre a construção dos textos. A criança surda deverá entender as diferenças e as semelhanças entre a língua de sinais e a língua portuguesa. Deve ter claro que a língua de sinais é sua primeira língua, portanto, o professor deve trabalhar com o significado e o conteúdo dos textos trabalhados, mostrando o mesmo significado nas duas línguas. (Pereira, 2006)

Para que esse entendimento ocorra, o trabalho de alfabetização do surdo não deve acontecer com palavras isoladas, mas sim com texto onde possa acontecer o entendimento global do escrito. Para a criança surda a palavra isolada não possui significado semântico. Por não entender a função dos conectivos da língua portuguesa, ela não os articula de forma coerente e coesa em suas escritas, daí a importância de se trabalhar o texto de forma que o significado faça sentido com a convivência diária.

Ao discutir a questão da leitura e da escrita em crianças surdas, Lane, Hoffmeister e Bahan (1996) referem que, como todas as crianças, também as surdas necessitam de conhecimento de mundo de modo que possam recontextualizar o escrito e daí derivar sentido, necessitam de conhecimento sobre a escrita para que possam encontrar as palavras, as estruturas das orações assim como para criar estratégias que lhes permitam compreender os textos lidos.

Tanto para a criança ouvinte, como para a criança surda, se devem possibilitar condições para que ambas tenham consciência da importância de se internalizar prazer da língua escrita e falada. Neste caso é importante o conhecimento por parte do professor de como a criança surda concebe a Língua Portuguesa. O professor deve saber que os alunos surdos não se apropriam no primeiro instante das questões e usos dos conectivos existentes que dão sentido a leitura na linguagem dos ouvintes. Portanto o trabalho é melindroso e profundo. Traduzir significa dar sentido a escrita, aqui o uso do alfabeto digital ajudará imensamente no entendimento dos conectivos, mas nunca trabalhados isoladamente.

Para muitas crianças e entre elas os surdos (principalmente), que estão incluídos, a escola é o único espaço para o acesso ao conhecimento sistematizado e de mundo, isto é, o lugar, talvez o único, capaz de viabilizar e proporcionar-lhes condições de se desenvolver de forma a tornarem-se cidadãos alfabetizados, bilíngue ou não.

Então, assumindo um pensamento de como encarar a relação com a linguagem escrita e a língua de sinais numa perspectiva bilíngüe, onde o foco é a alfabetização da criança surda, a linguagem, seja ela, por meio de sinais ou não, é fundamental para inserção social dos alunos. No caso do surdo ele enfrentará uma situação atípica, pois no meio onde vive, se relaciona, a maioria não “falam” sua primeira língua. Então, há uma questão a ser respondida: como se dará a construção de uma alfabetização bilíngue se a criança surda conviverá em ambiente onde a linguagem que predomina não é a utilizada por ela?

Temos que considerar que a criança surda encontra-se sempre em desvantagens em seu processo de alfabetização. Então a resposta a essa questão seria: cabe a comunidade escolar, a partir do processo de inclusão, inserir a primeira língua do surdo em sua proposta curricular pedagógica, levando em conta todo respaldo teórico e legislativo que dá suporte a esse grande acontecimento da inclusão. Neste processo o professor tem papel fundamental. Deve ter disposição a aperfeiçoar-se na língua de sinais, saber focalizar a correspondência palavras faladas e escritas entre os sinais, além de considerar e trazer à discussão a questão da escolarização da criança surda e que esta, a princípio, não domina a língua de sinais, pois muitas são oriundas de famílias ouvintes. O contexto pedagógico deverá oferecer todas as oportunidades para o desenvolvimento de um domínio bilíngue e assim, a criança, poder atuar, não só na comunidade de surdos, mas também na comunidade de ouvintes

3.2 - O SURDO E A LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.

A leitura é uma atividade fundamental para a formação dos alunos, e, esse trabalho deve ter o mesmo papel tanto para a criança surda quanto para a ouvinte. Se a escola desenvolver competência leitora em seus alunos já terá cumprido grande parte de seu objetivo, pois é da leitura proficiente que depende todo entendimento e aquisição da diversidade de conhecimento propiciado pela comunidade escolar que estende ao convívio social em situações de prática.

Cagliari (2010) diz que a leitura pode ser ouvida, vista ou falada. Um texto escrito pode ser decifrado e decodificado por alguém que traduz o escrito numa realização de fala. Neste caso o aluno surdo passa a ter um entendimento maior da leitura já que ela pode ser apresentada por meio de gestos, por um intérprete. O próprio aluno pode interpretar a leitura por meio da LIBRAS. A leitura oral é feita não somente por quem lê, mas pode ser dirigida a outras pessoas que também leem o texto ouvindo-o e vendo-o por meio de imagens e palavras na língua de sinais.

A língua de sinais é tão importante para o surdo, como a linguagem oral o é para o ouvinte, ela permite sua participar em situações de comunicação em sala de aula e no meio social. Porém a organização da língua de sinais é sintaticamente diferente da linguagem oral, não é possível traduzir palavra por palavra, se tornaria incompreensível ao surdo, pois um único gesto pode significar duas ou mais palavras. Então, a leitura para o surdo deve ser realizada pelo professor de forma contínua, todo texto ou parte dele, deverá ser traduzido por meio da língua de sinais utilizando todos os recursos da língua como expressões faciais e corporais, assim como a utilização dos espaços.

Com o trabalho de leitura para a criança surda o professor deverá ainda oferecer situações que levem a criança a planejar sua participação, elaborando perguntas tornando-se capazes de descobrir a língua (Svartholm-1998) e fazer comparações com a língua portuguesa guiada pelo professor.

Fernandes (2003) ressalta a importância de as atividades de leitura, principalmente na fase inicial, serem contextualizadas por meio de recursos visuais (figuras, vídeos, desenhos) que permitam aos alunos surdos a compreensão prévia da leitura. A dramatização também é um recurso muito importante que auxilia na interpretação e compreensão do texto lido.

Porém o aluno surdo precisa ler com competência para exercer essa prática na sociedade em que está inserido, por isso precisa aprender a estrutura da língua portuguesa, daí a percepção do professor de ensiná-lo a desvincular a leitura da apresentação pura e exclusivamente na língua de sinais.

Assim, atividades que propiciem esse entendimento e aprendizagem devem ser oferecidas pelo professor como:

- Leitura diária com interpretação na língua de sinais;
- Rodas de leitura para compartilhar os textos lidos;
- Leitura de diferentes gêneros textuais para ampliar o repertório;
- Momentos em que os alunos possam ler e apresentar histórias relatadas na Língua de Sinais;
- Situações em que os alunos consultem jornais, revistas, textos informativos e apresentem seu entendimento de leitura por meio da Língua de Sinais;
- Leitura para interpretar fatos na Língua de Sinais;
- Leitura com o propósito de estudar para adquirir conhecimento utilizando anotações, resumos para recuperar informações dos textos e traduzi-los em Língua de Sinais.

O trabalho com o conteúdo leitura é intenso e dificultoso para o aluno surdo. O esforço para aprender a ler será o dobro da criança ouvinte, pois obrigatoriamente estará sendo alfabetizado dentro do bilingüismo, terá que dar conta das duas línguas e para alcançar a proficiência demandará muito mais tempo, principalmente se as condições não forem as mais favoráveis, dentro do esperando na questão dos recursos e formação do profissional que trabalha com a pessoa surda. Segundo Kelman, esse é um aspecto que impede o bom rendimento do aluno surdo.

CAPÍTULO 4 – ALFABETIZAÇÃO DO SURDO HOJE

Foram os avanços nas áreas da física, da eletrônica e na área de comunicações, que propiciaram que Alexandre Graham Bell, nos Estados Unidos, desenvolvesse e comercializasse próteses auditivas para ampliação do som. A família de Bell, seu pai e avô, tinham a tradição de ensinar locução e correção de problemas da fala. Bell foi reconhecido mundialmente por sua genialidade, defensor da escola oralista, influenciou na educação mundial de surdos; participou do Congresso Internacional de Professores ocorrido em Milão no século XIX, presenciando a vitória do oralismo. (Kelman)

A tecnologia possibilitou o surgimento de próteses auditivas e aparelhos de ampliação cada vez mais potentes, possibilitando ao surdo à aprendizagem da fala por meio de treinamento auditivo, trabalho louvável dos profissionais da saúde, como fonoaudiólogos.

Até a década de 1980, a meta era oralizar o surdo no Brasil, visando ao aprendizado da Língua Portuguesa oral, o professor expunha aos alunos surdos as palavras e prosseguia com a utilização destas palavras em estruturas frasais, primeiramente simplificada e depois ia deixando cada vez mais longas e complexas, morfológica e sintaticamente, por meio de exercícios de substituição e de repetição. Desta forma esperava-se que os alunos memorizassem as estruturas frasais trabalhadas e as usassem em suas atividades diárias.

Nos últimos anos, no ensino da Língua Portuguesa observa-se tentativas de mudança na concepção de língua tanto para ouvinte como para surdos. A língua tem sido concebida como atividade discursiva, e, como atividade discursiva, o objetivo no ensino deve ser a habilidade de compreender e produzir textos e não palavras e frases. Os interlocutores são vistos como sujeitos ativos que, dialogicamente, nele se constroem e são construídos (Koch, 2001)

O fato da grande maioria das crianças surdas virem de famílias ouvintes deixa-as em desvantagens em relação ao aluno ouvinte, pois chegam à escola sem uma língua bem constituída, isto é, sem domínio de sua primeira língua e da segunda língua, a Língua Portuguesa. Esse fato torna-se mais agravante com a desconsideração por parte da escola das especificidades deste surdo e a insistência em trabalhar da mesma maneira que trabalha com os alunos ouvintes.

Assim como os ouvintes, também os surdos foram submetidos até recentemente à concepção de escrita como código de transcrição gráfica das unidades sonoras, em

métodos fônico, silábico, muito tempo foi gasto em treinamento auditivo e de fala. Selecionava-se palavras, focalizando sílabas que eram trabalhadas primeiramente na forma oral, geralmente com apoio do concreto, e depois por escrito, com apoio de figuras.

Para mudar essa situação, pelo menos nas escolas públicas estaduais de São Paulo, **O Secretário da Educação, à vista das disposições da Lei nº 10.098/2000, da Lei nº 10.436/2002, do Decreto Federal nº 5.626/2005** e considerando a necessidade de se garantir aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, o acesso às informações e aos conhecimentos curriculares dos ensinos fundamental e médio, resolve: **Artigo 1º** - As unidades escolares da rede estadual de ensino incluirão em seu quadro funcional docentes que apresentem qualificação e proficiência na Língua Brasileira de Sinais - Libras, quando tiverem alunos surdos ou com deficiência auditiva, que não se comunicam oralmente, matriculados em salas de aula comuns do ensino regular. **§ 1º** - Os docentes a que se refere o caput deste artigo atuarão na condição de interlocutor dos professores e dos alunos, nas classes e/ou nas séries do ensino fundamental e médio, inclusive da educação de jovens e adultos (EJA). **§ 2º** - A admissão do docente interlocutor da LIBRAS/Língua Portuguesa assegurará, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, a comunicação interativa professor-aluno no desenvolvimento das aulas, possibilitando o entendimento e o acesso à informação, às atividades e aos conteúdos curriculares, no processo de ensino e aprendizagem.

Com o cumprimento dessa Legislação garante-se o respeito às características e individualidades do aluno surdo.

A preocupação com os sucessos e insucessos na vida cidadã, é atribuída ao domínio da leitura e escrita das palavras, ao conhecimento e leitura de mundo. Segundo

o Mestre e saudoso Paulo Freire que disse sabiamente em uma de suas magníficas literaturas “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, não podemos negar esse reconhecimento na figura do surdo. Não nos cabe evidenciá-los na oralidade, já que esta não é sua natureza. Suas particularidades devem ser respeitadas, assim como sua leitura de mundo, pois não são os métodos, exclusivamente que educam os surdos, mas sim um emprego significativo e valoroso destes, respeitando seus limites, mas com uma grande dose de conversa sobre tudo o que o mundo social terá para lhe oferecer.

À competência escritora e leitora da criança surda vai depender do seu desempenho na vida escolar, que pode demandar mais tempo para ocorrer em relação à criança ouvinte. A metodologia e a didática do professor será o diferencial neste processo.

Hoje a alfabetização do surdo acontece com a participação deste, no processo, de forma efetiva. São oferecidas atividades como:

- Produções coletivas, onde o professor faça papel de escriba, escrevendo na Língua Portuguesa o que as crianças relatam na Língua Brasileira de Sinais;
- Enfatizar e mostrar a melhor maneira de planejar um texto escrito;
- Estabelecer comparações entre as Línguas e assim possibilitar aquisição da escrita nas crianças surdas atribuindo sentido na leitura e na escrita.
- Trabalhar com o convencional das Línguas para poder identificar, na escrita inicial das crianças surdas, a incorporação desses aspectos;
- Priorizar as práticas de leitura, pois são essas que viabilizam a aquisição da escrita e permite o acesso à Língua Portuguesa.

Ler e escrever na Língua Portuguesa significa ser e estar alfabetizado. A alfabetização do surdo não poderá ser diferenciada do ouvinte, porém o sucesso dependerá do respeito ao seu tempo, ao seu entendimento da complexidade de sua segunda Língua.

II - OBJETIVO GERAL

Estudar a alfabetização e a educação escolar das crianças surdas, numa perspectiva bilíngue, além do acesso aos conhecimentos sociais e culturais. Verificando também, o grau de conhecimento que os educadores têm sobre as línguas envolvidas, a Língua de Sinais e a língua portuguesa, em suas características peculiares ao ensinamento à criança surda.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender o contexto histórico da educação de surdos e a contribuição para o surgimento da educação bilíngue.

Acompanhar o ingresso do educando com necessidades educacionais especiais auditivas em turmas do ensino regular;

Conhecer a atuação do profissional alfabetizador do Ensino Fundamental junto ao aluno surdo;

Conhecimento de como a criança surda entende a Língua Portuguesa;

Saber como se dá o atendimento às crianças com necessidades especiais auditivas na sala regular de ensino.

III – METODOLOGIA

3.1 – fundamentação teórica

A pesquisa desenvolvida teve como parâmetro a metodologia qualitativa, onde foram aplicados dois questionários com grupos distintos, sendo um para o grupo de professores (ANEXO 1) e outro para o intérprete (ANEXOS 2), outro procedimento utilizado foi um roteiro de observação (ANEXO 3)

3.2 Contexto da Pesquisa

A Escola Estadual “Profª Lienette Avalone” Ribeiro atende alunos do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, possui dezesseis classes com atendimento em sua capacidade máxima de 1438 alunos nos três períodos e fica localizada em uma região periférica e de baixa renda. O número de professores chega aos 46 no total e como possui apenas um aluno surdo matriculado comporta um intérprete, que também se dividiu no atendimento de mais um aluno surdo de outra escola no período diverso. É uma escola muito bem estruturada em seu espaço físico. Possui biblioteca, sala de vídeo, quadra, sala de informática, laboratório.

Já a Escola Municipal “Profª Nazira Yared” atende alunos do Ensino Fundamental I, fica em uma região extremamente carente do Município de Itapetininga, possui matriculados 180 alunos numa faixa etária dos 7 aos 13 anos. É composta por 4 classes, conseqüentemente 8 professores nos dois períodos. O prédio não é o mais adequado, pois foi reformado de maneira inadequada para comportar a comunidade local, então muitas coisas foram improvisadas.

3.3- Participantes

A pesquisa sobre a alfabetização dos surdos envolveu os alunos A.P.F. aluna do 3º ano A - Ensino Fundamental I (36 alunos matriculados na classe) e W.L.V. aluno do 6º ano C – Ensino Fundamental II (39 alunos matriculados na classe) e três professoras V.L.A.M, Professora de Educação Básica-I, S.C.P. Professora de Educação Básica-II e D.A.J. Professora intérprete.

O acompanhamento nas Unidades Escolares teve um período de duração de duração de outubro a dezembro de 2010, e foi realizado em classes regulares de ensino.

Os alunos sempre frequentaram escolas públicas. Suas perdas auditivas são de níveis severos, suas idades, A.P.F. de 10 anos e W.L.V. de 14 anos. A aluna A.P.F. do terceiro ano do Ensino Fundamental comunica-se mais por meio de gestos do que pela LIBRAS, possui mãe ouvinte. Já o garoto W.L.V. possui um bom domínio da LIBRAS, mas muito pouco conhecimento da Língua Portuguesa, está no sexto ano do Ensino Fundamental, mãe surda.

As professoras que ministraram aulas no ensino regular também foram observadas e fizeram parte dos diagnósticos.

3.4 - Materiais

Durante a pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

Canetas, pranchetas, folha de sulfite branca A4.

3.5- Instrumentos de construção de dados.

Após a sondagem para conhecimento dos ambientes em que iria atuar como pesquisadora, houve participação de uma reunião em H.T.P.C. (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) com os professores para explicitar os objetivos e intenções durante o acompanhamento da aprendizagem dos alunos surdos em sala de aula.

Os instrumentos utilizados foram:

-Conversação formal sobre a educação inclusiva e os direitos dos alunos incluídos no ensino regular.

-Entrevista e aplicação de questionários a três professoras com o objetivo de captar todas as informações possíveis de maneira espontânea com livres expressões por parte dos entrevistados.

-Análise dos questionários – com o objetivo de confirmar e comparar a teoria e a prática no processo ensino aprendizagem dos alunos surdos.

As pessoas envolvidas tiveram seus nomes abreviados a fim de evitar identificação de qualquer natureza

3.6- Procedimentos de Construção de Dados

As unidades escolares foram escolhidas pelo simples fato de fazerem parte do grupo de escolas que a pesquisadora atuava como profissional. Na Escola Municipal, como professora coordenadora da oficina pedagógica e na Escola Estadual como

professora dos 2º e 3º anos do Ensino Médio. Como nas duas escolas frequentavam crianças surdas, a escolha tornou-se conveniente.

Foi comunicado aos professores sobre o trabalho a ser realizado e os objetivos da pesquisa e solicitada uma colaboração por parte dos colegas em participar da pesquisa. Passei, então, a participar das atividades em classe, em primeiro momento, de observação. Inferências de informações e conhecimentos a respeito do atendimento aos surdos foram realizada, somente a partir desse instante e que se passou a fazer anotações, registros.

Durante as horas de HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) foram aplicados os questionários, respondidos de forma escrita.

3.7 – Procedimentos de Análises de Dados

Os questionários foram analisados pela pesquisadora de forma individual dando ênfase ao entendimento sobre o conhecimento que os professores têm da inclusão, grifando opiniões e esboços desse conhecimento, a fim de confrontar com a teoria.

IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para obter resultados significativos e uma discussão efetiva sobre a alfabetização do surdo utilizou-se os questionários (ANEXOS 1,2 e 3) como instrumentos facilitadores de coleta de dados. Durante as entrevistas com as professoras foi possível perceber a falta de conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais e como consequência disso um trabalho precário no ensinamento da leitura e da escrita direcionado ao aluno surdo.

- a) **Atuação no magistério:** as três professoras entrevistadas trabalham no ensino regular há mais de quinze anos e era a primeira vez que estavam vivendo a experiência de ensinar um aluno surdo, com exceção da intérprete. Já trabalharam com alunos com outras deficiências como a física, intelectual e síndrome de down. Não concordam com a educação inclusiva e ou da criança surda por não terem respaldo para propiciarem um bom atendimento educacional a estes alunos. Até acreditam na intenção que há na legislação que garante esse direito ao aluno com necessidade educacional especial, mas a realidade que enfrentam é muito “*penosa*” e não favorece a inclusão.
- b) Questionamento à Professora do Ciclo I do EF (3º ano): **O que pensa sobre a inclusão?** *“Nossas salas de aula são sempre super lotadas e o atendimento ao aluno com deficiência fica prejudicado. Além disso, não somos capacitados para atender as múltiplas deficiências que temos de lidar. São alunos surdos, cadeirantes, deficientes mentais, enfim, é uma diversidade. Não damos conta de ensinar àqueles que mais precisam”.*
- c) Questionamento à Professora do Ciclo II do EF (6º ano): **Qual o papel do professor no processo de inclusão?** *“No caso do aluno surdo, o professor teria que dominar a Libras para comunicar-se e ensina o aluno por meio dessa linguagem. Ele deve ser a ponte entre o mundo dos ouvintes e dos surdos. Exige que se conheçam os costumes, as diferenças e a cultura de comunidades surdas.. Exige estudo, e muito tempo”.*
- d) Professora intérprete respondendo a seguinte questão: **O que acha da inclusão do aluno surdo?** *“Acredito na Inclusão Social, quando se fala do*

surdo na escola, no ensino regular. Há muitos ‘buracos’ que precisam ser preenchidos. Quando se fala de inclusão de deficientes auditivos e surdos, essa só pode acontecer por meio de uma comunicação de qualidade, e, infelizmente não há profissionais preparados para receber os alunos em sala de aula, nem pessoal administrativo preparado para entender e se comunicar com uma pessoa que fale outra. Além disso, e mais importante, em minha opinião, é ser respeitada a vontade e a necessidade de expressão pelo próprio indivíduo surdo, na sua própria voz, seja por meio de escolas bilíngues (que são o modelo correto para inclusão), onde todos utilizem as duas línguas (língua nativa do país e dos surdos), que seja educado na sua língua materna, no nosso caso, a Libras, assim como ouvintes em nosso país tem o direito de serem educados em Língua Portuguesa”.

- e) **Comunicação com os alunos surdos:** os professores admitiram ter dificuldade em comunicar-se com os alunos e até mesmo em adaptar o currículo com atividades apropriadas e direcionadas. *“Minha maior dificuldade é adaptar o currículo. Sei que o aluno W. domina a Libras e que ele precisa dominar a Língua Portuguesa, mas qual é a melhor atividade para desenvolver as habilidades escritoras e leitoras? Isso é dificuldade para mim. Tenho muito que aprender”.*(Professora do 6º ano do Ensino Fundamental)

Ao questioná-las sobre a importância do professor para que a educação inclusiva aconteça, a resposta foi de que esse aluno especial precisa ser muito bem acolhido, mas que para isso é necessário que o professor tenha formação adequada

Os educadores acreditam que existe, hoje mais do que em qualquer outro tempo, possibilidades para se trabalhar com alunos surdos no ensino regular, mas que os professores e toda comunidade escolar saibam Libras, e que sem essa possibilidade, por direito, o aluno surdo tenha um intérprete em sala de aula. Ambos são responsáveis pela inclusão do aluno, o trabalho deve ser de parceria.

Diante dos relatos ficou claro que a comunidade escolar não está preparada para receber o aluno surdo, ele é um estrangeiro, pois poucos entendem sua linguagem. Além de alguns problemas que são enfrentados como cuidados individuais e atendimento às

características do surdo, que não acontece apenas com o empenho do professor, mas com um trabalho de formação que envolve todos dentro e fora do ambiente escolar.

4.1- Resultados das observações

a) Professor do ensino regular – Ensino Fundamental I (3º ano)

Na classe da aluna A.P.F. a professora não dominava a Língua de Sinais o que dificultava muito a comunicação entre elas. Conhecia apenas o alfabeto digital. Não foram presenciadas nenhuma adaptação curricular, em nenhum ambiente pedagógico. Muito me impressionou o fato da aluna realizar sua atividade sozinha. A professora mal se aproximava dela. De vez em quando a criança levantava e apresentava seus “rabiscos” com a aprovação da professora com um aceno de cabeça e a levatada do polegar direito confirmando a assertividade da atividade. A ajuda que necessitava geralmente vinha dos colegas de classe, que a seus modos ensinavam qual letra colocar, mostrando num cartaz colado na parede, próximo da carteira da aluna surda. Enquanto isso as crianças ouvintes, que ocupavam todo tempo da professora, realizavam suas atividades sob os olhares apreensivos de nossa aluna observada. Percebi que a atenção que a criança surda deveria receber da professora perdeu-se no meio da confusão de pensamentos e no olhar perdido da garotinha. Neste caso, segundo PEREIRA, 2006, o ensino da língua deixou de obedecer a padrões pré-estabelecidos pelo professor e passou-se a expor os alunos surdos à língua, sem a preocupação de ensiná-los. A ideia subjacente é a de que, inseridos na língua em funcionamento, os alunos vão se constituir como interlocutores, usando-a na interação com colegas e professores. Porém não foi isso que ocorreu.

Descobri que a aluna era acompanhada na sala de A.E.E. (Atendimento Educacional Especializado) no período oposto ao da aula de ensino regular. Esse é o atendimento ao surdo propiciado pela Rede Municipal. Daí a explicação de a professora titular não se preocupar, pois a aluna “será atendida pela outra professora” no período da tarde, lá ela dará conta de ensinar o que a aluna precisa e que “ela, a surda, estava lá para ser incluída”.

A colocação da professora acentuou ainda mais o conceito que formulado sobre o que é incluir e até que ponto essa inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais acontece com um mínimo de qualidade e respeito às diferenças e individualismo.

b) Intérprete de LIBRAS

Depois de acompanhar o aluno W.L.V. em sala de aula, foi possível se questionar novamente sobre que inclusão é essa que o aluno não é dono do seu desenvolvimento e sim está sempre a sombra do que o outro, que não é deficiente, pode realizar, fazer, olhar por ele.

Durante a observação de W.L.V. que tem uma intérprete na sala de aula, foi constatado que em muitos momentos ele tinha que optar entre prestar atenção na intérprete ou escrever, fazendo anotações dos parágrafos escritos na lousa pelo professor da sala. Presenciei uma situação angustiante para o aluno que tem que prestar atenção nos sinais da LIBRAS sem poder olhar para o lado, para um colega ou para o professor. Em alguns momentos ele se perdia no entendimento, demonstrava nervosismo e ficava bravo com a intérprete, fazendo sinal de que precisava prestar atenção, no caso, na imagem mostrada pela professora.

c) Professor do ensino regular – Ensino fundamental II (6º ano)

O trabalho dos professores, em sala de aula, está sempre voltado para a leitura e escrita. No caso do aluno W.L.V, da rede Estadual que tem o privilégio, determinado por lei (LEI 10.436 de 24 de abril de 2002) , de ter um intérprete em sala de aula, aconteceu uma apresentação da estrutura de uma determinada frase para análise e estudo “João foi passear no Shopping”, frase criada para análise justamente pela dificuldade de entendimento do aluno surdo e muito bem explicada pela intérprete. O trabalho foi positivo, pois a intérprete dialogava por meio da língua de sinais.

c) Contrastes de observações

Já o trabalho realizado com a aluna da Rede Municipal assistida em período oposto ao horário de ensino regular, a professora apresentou uma postura “perdida” com o pedagógico direcionado à criança surda. A professora usava sinais misturados com o alfabeto digital nas interações com a aluna e em muitos momentos suas expressões e enunciados envolviam o uso concomitante de sinais e fala.

Durante a pesquisa houve grande dificuldade de acompanhamento dos envolvidos. Observou-se que as crianças com deficiência auditiva não encontram atrativos nem motivação para frequentar as aulas. Para elas, na escola, tudo é muito difícil. Começa pela falta de domínio da Libras por parte do professor que no caso da escola municipal não há um intérprete em sala de aula. No caso do aluno da escola estadual , aconteceu o mesmo, não havia motivação para que o aluno continuasse a

estudar. A única pessoa com quem se comunicava era a intérprete. Na sala de aula com as outras crianças acontecia uma interação curiosa. Os alunos ouvintes por meio de gestos fazendo-se entender e tentando entender as explicações do colega surdo.

Até o momento os surdos incluídos não conseguem se adaptar a um ambiente onde não há possibilidade de comunicação em sua primeira língua, a LIBRAS.

d) Desaparecimento dos alunos da escola.

Após a terceira visita à sala de aula a aluna A.P.F. não estava frequentando mais. Havia duas semanas que não aparecia na escola. Por diversas semanas seguintes não foi possível acompanhar o trabalho de sala de aula. A garotinha havia desistido a primeiro momento, se mudado para outro município, no segundo momento, depois retornou frequentando um dia por semana às aulas e novamente sumiu da escola..

O mesmo aconteceu com o garoto W.L.V., já na segunda visita ela não estava presente. É um aluno faltoso que frequenta muito pouco às aulas. A partir de novembro do ano letivo não frequentou mais.

Deste ponto em diante não consegui fazer mais observações para tirar minhas conclusões. A justificativa que se tem dessas ausências é a falta de motivação em sala de aula, não conseguem se comunicar, pois estão entre pessoas que não falam sua língua.

Infelizmente a Língua Brasileira de Sinais só é trabalhada quando há alguém surdo na escola. Para que a inclusão realmente aconteça será necessário que todos dominem a LIBRAS, não apenas o professor intérprete

Que inclusão é essa que exclui? Qual pessoa em sã consciência permanece em um ambiente que não favorece o acolhimento de suas ansiedades.

A evasão dos alunos surdos é vista pela escola como um fator natural. Em questionamento a equipe gestora da escola nada há de espantoso em o aluno desaparecer das aulas, “é um aluno surdo vai aprender quando a família achar conveniente ou então, com certeza, a mãe já procurou uma escola especializada de atendimento ao surdo”.

A legislação diz que a criança com necessidade educacional especial tem direito a educação de qualidade e deve ser atendida na sala regular de ensino. Então cabe ao poder público e instituições educacionais cumprir a lei.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do pesquisado e do observado na prática da alfabetização da criança surda numa perspectiva bilíngue, a conclusão é de que no decorrer dos séculos, muito lentamente, a educação do surdo evoluiu. Muitos estudiosos explicitaram com competência a real capacidade dos deficientes auditivos em se tornarem membros atuantes em uma sociedade excludente que valoriza apenas a perfeição aparente.

As pesquisas acabaram por comprovar que cabe ao poder público e aos profissionais da educação, especificamente ao professor, ao educador, fazer cumprir-se a legislação vigente que determina o direito de cada cidadão e neste caso especificamente do futuro cidadão surdo. Cada educador deverá buscar aperfeiçoamento em sua área de atuação para propiciar um ensino de qualidade dentro das normas estabelecidas pela legislação. Não é um favor que se presta ao deficiente, mas uma obrigação exigida pela natureza de sua deficiência para que este seja um cidadão atuante na sociedade em que está inserido dominando o bilinguismo.(PEREIRA, 2006)

Vivemos em uma época que exige dos cidadãos domínios de inúmeras tecnologias, que se desenvolve e avança quase que instantaneamente, não deixando muitas alternativas para quem não busca o saber. E, nesta busca do saber está incluído o surdo, porém há algo a ser discutido: como pode o surdo concorrer em igual patamar se sua educação, principalmente na escola pública, não é igualitária. Muito têm o que refletir se compararmos a criança surda com a criança ouvinte.

Para que nosso surdo possa concorrer de igual para igual é necessário fazer valer o que diz a legislação, principalmente no direito de ter “atendimento especializado em classe de ensino regular”, de frequentar com regularidade as aulas e ter acesso a todos os recursos para uma boa aprendizagem. Precisamos formar alunos competentes para dominar as novas tecnologias, faz-se necessário buscar aperfeiçoamento, tanto do sistema educacional quanto do profissional, com o uso de novas metodologias, otimização do tempo pedagógico e com priorização do desenvolvimento humano e todas as suas capacidades.

Para comandar as tecnologias o domínio da língua é fundamental, então, segundo KELMAN a língua de sinais como língua em que os conteúdos acadêmicos devem ser passados em sala de aula é uma estratégia pedagógica que utiliza diferentes recursos semióticos para que a comunicação seja efetivamente realizada e transformada em significados.

Assim, se pensamos e queremos viabilizar uma educação de qualidade e uma sociedade para todos (SASSAKI, 1997) o surdo ou qualquer outro indivíduo que apresente qualquer deficiência não poderia ser tratado em segundo plano, ser incluído, na verdade todos nós somos, de alguma forma com nova aprendizagem ou ambiente, não porque somos deficientes, mas porque somos humanos com limitações. Então, uma educação ideal seria aquela que forma os deficientes auditivos, deficientes visuais, deficientes intelectuais, deficientes físicos, aqueles com deficiências múltiplas, enfim, todos, até a proficiência de todos os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento pleno, porém com significados.

No caso do surdo além de todo esse desenvolvimento chegar ao domínio das duas línguas, não só o surdo, mas todos aqueles de seu convívio, no cotidiano. Assim a importância do bilinguismo não pode ser descartada, todos somos capazes de aprender, de conviver com o diferente, pois somos todos diferentes, mas ainda temos de esperar que a Educação Inclusiva dê conta do que já temos consciência, como educadores e educadoras.

REFERÊNCIAS

- _____. LEI N° 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Publicação no D.O.U. de 25.4.2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm> Acesso em 06 de março de 2011.
- _____. LEI N° 9394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 06 de março de 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao Acesso em: 06 de março de 2011.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. Pensamento e ação na sala de aula. Editora Scipione – 1ª edição – 2010.
- FERNANDES, Eulália (org). *Surdez e Bilingüismo*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.
- FERREIRO, Emilia. *Com Todas as Letras*. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.
- FERREIRO, Emilia; Teberosk, Ana. *A Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas 1985. 284p.
- GASPAR, Priscilla. As diferentes trajetórias de constituição da identidade do Surdo. 2009. http://www.feneis.com.br/page/noticias_detalhe.asp?categ=1&cod=621 – acesso em 08 de março de 2011.
- KARNOPP, L.B. Língua de Sinais e Língua Portuguesa: em busca de um diálogo. In LODI, ACB et al. *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- KELMAN, Celeste Azulay & FERNANDES, Eulalia. *Surdez e Inclusão*. 1999
- KELMAN, Celeste Azulay .*A Pessoa Com Surdez Na Escola*, 2010
- KLEIN, Renate Huhmann. *Por Uma Proposta de Alfabetização Cidadã com Crianças Surdas*. http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-5.pdf – acesso 05/03/2011.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *A Inserção da Criança Surda em Classe de Crianças Ouvintes: Focalizando a Organização do Trabalho Pedagógico - Curso de Fonoaudiologia - Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP*, 2006
- LANE, H.; HOFFMEISTER, R.; BAHAN, B. **A journey into the Deaf-World**. California: DawnSign Press, 1996.

- LANE, H.; HOFFMEISTER, R.; BAHAN, B. A journey into the Deaf-World. California: DawnSign Press, 1996. In PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Leitura, Escrita e Surdez, CENP/CAPE, 2ª Edição, São Paulo: FDE, 2009.
- LOUREIRO, Maria Albanice Ramos & SANTOS, Maria Dorotea De J. Mourão. Educação Especial: Inclusão Do Deficiente Auditivo Em Turmas Regulares. Mediação, 2005.
- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Leitura, Escrita e Surdez, CENP/CAPE, 2ª Edição, São Paulo: FDE, 2009.
- QUADROS, R.M. O contexto escolar do aluno surdo e o papel das línguas. 2006
- QUADROS, R.M. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem, Artes Médicas, Porto Alegre, 1997.
- SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio Janeiro: Imago, 1989
- SALLES, Heloísa Maria M. Lima [et al], Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica, Vol. 1 e 2, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, Brasília: MEC, SEESP, 2004.
- SAMPAIO, Carmem Sanches. A Presença de uma Aluna Surda Em Uma Turma de Ouvintes. Possibilidade de (re) pensar a Mesmidade e a Diferença no Cotidiano Escolar. In: Inclusão Revista da Educação Especial. Ano 2 – nº 03 – Dezembro/2006 Secretaria da Educação Especial/MEC, 2006, p. 20-25.
- SASSAKI, Romeu. Incusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SCOTTO, Arlete. Coordenadora de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP/SEE, durante o "Encontro Estadual de Educação: A Inclusão no Cenário Escolar", São Paulo, Outubro de 2010
- SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, R.S.: Mediação, 1998.
- SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- SOUZA, Ely & MACÊDO, Josenete Ribeiro. Inclusão Social do Surdo: Um Desafio à Sociedade, aos Profissionais e a Educação. Belém-Pará, 2002.
- SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. In: Revista Espaço: Rio de Janeiro, MEC/INES, nº 09, 1998, pp.38-45.

WERNECK, Hamilton, Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZAMPIERI, Marinês Amália. Libras e Língua Portuguesa nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - PPGE /UNIMEP , 2007

ANEXO 1

ENTREVISTA COM PROFESSOR(A) DO ENSINO REGULAR :

- 1-Quanto tempo atua como professor (a)?
- 2-Já trabalhou com alunos surdos antes?
- 3-Professor(a), o que pensa sobre a inclusão?
- 4-O que acha da inclusão do aluno surdo no ensino regular?
- 5-Para você, qual o papel do professor no processo de inclusão?
- 6-Você conhece e domina a língua de sinais?
- 7-Diante do processo de inclusão você tem dificuldade em desenvolver suas atividades em sala de aula? Por quê?
- 8-Havendo dificuldade, quais são elas?
- 9-Como é o relacionamento da criança surdo com as crianças ouvintes?
- 10-Você sabe como a criança surda pensa, entende a linguagem oral e escrita?

ANEXO 2

ENTREVISTA COM PROFESSOR(A) INTÉRPRETE:

- 1- Quanto tempo atua como professora?
- 2-Já trabalhou com alunos surdos antes?
- 3-Professor, o que pensa sobre a inclusão?
- 4-O que acha da inclusão do aluno surdo no ensino regular?
- 5-Para você, qual o papel do professor no processo de inclusão?
- 6-Você conhece e domina a língua de sinais?
- 7-Diante do processo de inclusão você tem dificuldade em desenvolver suas atividades em sala de aula? Por quê?
- 8-Havendo dificuldade, quais são elas?
- 9-Como é o relacionamento da criança surdo com as crianças ouvintes?
- 10-Você sabe como a criança surda pensa, entende a linguagem oral e escrita?

ANEXO 3

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA:

1-Atuação do professor(a), em sala de aula e fora dela, em relação ao aluno(a) surdo(a).

2- O comportamento do professor(a) diante do aluno(a) surdo(a).

- a) Linguagem/Comunicação;
- b) Estratégias de ensino;
- c) Recursos utilizados para ensinar.

3-Relacionamento professor/aluno(a), aluno(a)/professor, aluno(a)/aluno(a).



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Professor (a): Sr _____

Escola Estadual Profª “Lienette Avalone Ribeiro”

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Professor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede Municipal e Estadual (pólo UAB-UnB de Itapetininga). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/Cursista **Maria de Fátima do Nascimento Oliveira** sob orientação da **Profª. Esp. Valícia Ferreira Gomes** cujo tema é: Alfabetização da Criança Surda no Ensino Fundamental numa Perspectiva Bilingue. Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 31076831 ou por meio dos e-mails: valiciatutoria@gmail.com.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar



A(o) Professor (a): Sr _____

Escola Municipal Profª “Nazira Yared”

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Professor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede Municipal e Estadual (pólo UAB-UnB de Itapetininga). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/Cursista **Maria de Fátima do Nascimento Oliveira** sob orientação da **Profª. Esp. Valícia Ferreira Gomes** cujo tema é: **“Alfabetização da Criança Surda no Ensino Fundamental numa Perspectiva Bilingue”**. Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 31076831 ou por meio dos e-mails: valiciatutoria@gmail.com.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **“Alfabetização da criança surda no ensino fundamental numa perspectiva bilíngue”**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Consta da pesquisa um questionário destinado aos professores do ensino regular e ao professor intérprete. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo endereço eletrônico fátima_defa@hotmail.com Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva pólo UAB – UnB – Itapetininga/SP

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

Assinatura:

E-mail

(opcional):
